

**PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO****POLÍCIA  
CIVIL**  
MINAS GERAIS  
ACADEPOL**ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL**  
**CONCURSO PÚBLICO – PROVIMENTO 2011/1**  
**ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS**

NOME: \_\_\_\_\_

CARREIRA PRETENDIDA: \_\_\_\_\_ Nº INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EXPEDIDOR: \_\_\_\_\_

RESIDÊNCIA: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_ ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato**DIREITO CONSTITUCIONAL****QUESTÃO 01**

A Constituição é um conjunto sistemático e orgânico de normas que visam concretizar os valores que correspondem a cada tipo de estrutura social. Assim sendo, em sentido material, pode-se conceituar um texto constitucional como

- um conjunto de princípios que expressam concepções decorrentes de valores morais, sociais, culturais e históricos, que asseguram os direitos dos cidadãos e condicionam o exercício do poder.
- um texto produzido exclusivamente por determinadas fontes constitucionais, tendo por base preceitos legais, que lhe são anteriores.
- um conjunto normativo, que visa regular os poderes do Estado, incluindo sua formação, sua titularidade, seus meios de aquisição e seu exercício.
- um ato unilateral do Estado, cuja fonte tem origem na sua estrutura organizacional, no seu sistema e na sua forma de governo.

**QUESTÃO 02**

O “bloco de constitucionalidade” se constitui a partir de

- conteúdo específico das normas constitucionais e infraconstitucionais, estabilidade, dinamicidade, dirigismo, garantismo, além de todas as normas constitucionais de caráter programático.
- princípios não escritos, unidade, solidez, valoração de normas constitucionais que podem ser desmembradas para melhor efetivação dos direitos consagrados.
- normas escritas, emendas constitucionais de lastro formal, direitos fundamentais consagrados pela Constituição, de reconhecimento e aplicação internos.
- princípios, normas escritas e não escritas, fundamentos relativos à organização do Estado, direitos sociais e econômicos, direitos humanos reconhecidos em tratados e convenções internacionais dos quais o país seja signatário.

### **QUESTÃO 03**

Quanto à aplicação das normas constitucionais no tempo e no espaço, pode-se considerar que

- I. o princípio da recepção é observado no momento da revisão constitucional e da emenda à Constituição, enquanto que a conexão das normas constitucionais com as normas conflitantes ocorre sempre que o conflito entre elas se estabeleça no caso concreto.
- II. as disposições constitucionais passíveis de desconstitucionalização são aquelas de natureza formal que não dispõem sobre a natureza material, enquanto que na conexão as regras materiais terão sempre de ser mediatizadas pelas regras de conflito.
- III. a revogação de normas constitucionais ocorre a partir da distinção entre inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente, devendo ser aplicada tanto em situações advindas da Constituição nova como também daquelas oriundas de uma revisão constitucional.
- IV. a derrogação do direito anterior se verifica sempre que a nova lei contiver disposições de caráter formal e material que versem sobre assuntos restritos à consagração de direitos e às limitações ao poder de governar.

Partindo de tais considerações, é **CORRETO** afirmar que

- a) as afirmativas I, II, III e IV são falsas.
- b) apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- c) apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.

### **QUESTÃO 04**

São fundamentos essenciais da República Federativa do Brasil:

- a) liberdade de exercício de qualquer ofício ou profissão, inviolabilidade do sigilo de correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas, liberdade de associação para fins lícitos, direito de propriedade, desde que atendidas suas funções sociais.
- b) soberania nacional, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, livre iniciativa, pluralismo político.
- c) concessão de asilo político, repúdio ao terrorismo e ao racismo, eleições diretas, não intervenção do Estado.
- d) independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, integração econômica e cultural.

### **QUESTÃO 05**

Com base no “caput” do art. 5º da Constituição Federal, pode-se indicar como desdobramentos do direito a vida, **RESPECTIVAMENTE**:

- a) o direito à integridade física e moral, a proibição da pena de morte e das penas cruéis, a proibição da venda de órgãos.
- b) o direito do contraditório, da ampla defesa, de petição, do juiz natural.
- c) o direito de herança, de propriedade, de sucessão de bens de estrangeiros situados no País.
- d) a liberdade de associação, de reunião, de crença religiosa, de expressão, de pensamento.

### **QUESTÃO 06**

O asilo político consiste no acolhimento de estrangeiro por parte de um Estado que não o seu, em virtude de perseguição política por ele sofrida e praticada por seu próprio país ou por terceiro. Assim sendo, é **INCORRETO** afirmar que

- a) a concessão de asilo político não é obrigatória para qualquer Estado, devendo as contingências políticas determinarem, caso a caso, as decisões do governo.
- b) o asilo político se constitui como ato de soberania estatal, de competência exclusiva do Congresso Nacional, passível de controle de legalidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) o indivíduo não esteja envolvido em casos que configurem delitos praticados no âmbito do direito penal comum.
- d) as causas motivadoras da perseguição, em regra, são por dissidência política, livre manifestação de pensamento ou crimes relacionados com a segurança do Estado.

### **QUESTÃO 07**

O processo legislativo consiste no conjunto de atos preordenados praticados pelos órgãos pertencentes ao Poder Legislativo, cujos procedimentos obedecem à determinada ordem e limitação. No caso de “Lei Complementar”, tais procedimentos consistem em:

- I. limitação quanto à forma e à matéria.
- II. limitação quanto à iniciativa.
- III. limitação quanto ao quórum para aprovação.
- IV. limitação quanto às exigências contidas na Constituição.

Considerando as afirmativas acima, é **VÁLIDO** afirmar que

- a) as afirmativas I, II, III e IV estão incorretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) apenas a afirmativa I está correta.

**QUESTÃO 08**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado através da EC 45/2004, é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) que, por sua vez, possui as seguintes atribuições:

- receber e conhecer dos conflitos de competência entre quaisquer tribunais, bem como entre tribunais e juízes a ele não vinculados.
- receber e conhecer dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal.
- receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários, além de proceder às inspeções e correições em geral.
- receber e conhecer dos conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre os Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal.

**QUESTÃO 09**

Quanto aos sistemas estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, para enfrentar os períodos de crise política nos quais a ordem constitucional se vê ameaçada, estão previstos:

- a vedação quanto à impetração do mandado de segurança, do mandado de injunção, do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- a supressão dos direitos fundamentais, entre eles, a inviolabilidade de domicílio e de correspondência.
- a suspensão da Constituição, a lei marcial, o estado de defesa, o estado de sítio e a suspensão do *habeas corpus*.
- o estado de defesa, o estado de sítio, a intervenção federal e o uso excepcional das forças armadas.

**QUESTÃO 10**

Segundo José Afonso da Silva, o controle de constitucionalidade tem por objetivo estabelecer, tecnicamente, a supremacia da Constituição frente ao ordenamento jurídico do Estado. Para tanto, no Brasil, foi adotada a seguinte forma de controle:

- concentrado, no qual o Supremo Tribunal Federal, no papel de Corte Constitucional, declara ou não a inconstitucionalidade de uma lei.
- misto, no qual certas categorias de lei são submetidas ao controle político e outras ao controle jurisdicional.
- jurisdicional, no qual prevalece a faculdade que a Constituição outorga ao Poder Judiciário de declarar a inconstitucionalidade de lei ou atos do Poder Público.
- político, no qual a verificação de inconstitucionalidade é entregue a órgãos determinados, de natureza política.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 11**

Sobre os poderes e funções do Estado, analise as seguintes afirmativas:

- É possível que uma função típica atribuída a qualquer dos poderes de Estado seja convertida em atípica, e vice versa, por força de lei.
- Há exclusividade no exercício de cada função pelos Poderes de Estado.
- As linhas definidoras da competência têm caráter legal e apolítico.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- as afirmativas I, II e III estão incorretas.

**QUESTÃO 12**

No tocante à Federação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- O regime federativo exige a descentralização política.
- A autonomia, no sentido técnico-político, pode ser resumida, especificamente, na capacidade de auto-organização assegurada a cada ente da federação para organização própria e dos seus serviços.
- A partir da CF de 1988, os municípios podem editar formalmente suas constituições locais.
- A descentralização política autoriza a participação direta dos Estados nos planos nacionais.

**QUESTÃO 13**

Em relação à interação do direito administrativo, com os demais ramos de direito, analise as afirmativas a seguir:

- O direito administrativo é que dá mobilidade ao direito constitucional.
- O direito administrativo tem vínculo com o direito processual civil e penal.
- As normas de arrecadação de tributos podem ser tidas como de direito administrativo.
- A teoria civilista dos atos e negócios jurídicos têm aplicação supletiva aos atos e contratos administrativos.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
- apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.

### **QUESTÃO 14**

Dentre as assertivas abaixo, é **CORRETO** afirmar que

- a) a vontade do órgão de representação plúrima ou colegiado deve emanar da unanimidade ou da maioria das vontades dos agentes que o integram, mesmo em se tratando de ato de rotina administrativa.
- b) o órgão público, ainda que desprovido de personalidade jurídica, pode atuar em Juízo, na defesa dos seus interesses, em caráter excepcional, desde que exista expressa previsão legal.
- c) os agentes públicos são mandatários do Estado.
- d) o Estado é pessoa jurídica e a expressão de sua vontade pode ser entendida como a decisão do membro de cúpula de cada Poder Pertinente, ou seja, do agente político.

### **QUESTÃO 15**

No que se refere aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os atos de polícia que avultam o princípio da proporcionalidade revelam-se ilegais, sendo, portanto, passíveis de anulação pelo Poder Judiciário.
- b) Auto-executoriedade e coercibilidade são atributos do poder de polícia.
- c) O poder regulamentar típico permite complementar a lei e é de caráter derivado.
- d) O ato administrativo submete-se ao controle judicial por força do princípio da moralidade.

### **QUESTÃO 16**

Sobre a extinção dos atos administrativos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) incabível a revogação dos atos cujos efeitos produzidos já restaram consolidados.
- b) a validade ou não do ato de revogação é passível de exame pelo Poder Judiciário.
- c) a revogação é forma de extinção do ato administrativo válido, de caráter vinculado ou discricionário.
- d) a anulação promovida pela própria Administração decorre do exercício de sua prerrogativa de autotutela.

### **QUESTÃO 17**

Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é **CORRETO** afirmar, **EXCETO**:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços delegados serão responsáveis pelos atos seus ou de seus prepostos, desde que haja vínculo jurídico de direito público entre o Estado e o delegatário.
- b) O princípio da repartição dos encargos também constitui fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.
- c) Cabível ao Estado ajuizar ação de regresso em face do agente causador do dano, desde que tenha agido dolosamente, mostrando-se inviável à pretensão se a conduta foi meramente culposa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, no exercício de suas funções, causarem a terceiros.

### **QUESTÃO 18**

No tocante aos agentes públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- a) os agentes necessários apenas se assemelham, mas não são agentes de direito.
- b) os agentes putativos desempenham atividade administrativa, mas não têm investidura no cargo.
- c) os agentes de fato podem ser necessários ou putativos.
- d) para ser agente público, é mister o vínculo com o Estado, mesmo que não efetivo, mas perene, mediante contrato bilateral e remuneração.

### **QUESTÃO 19**

Sobre a organização da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que

- a) a proteção à incolumidade das pessoas não está inserida em suas atribuições legais.
- b) é órgão autônomo do Poder Público, subordinada diretamente ao Governador do Estado.
- c) não tem atribuição de polícia de preservação da ordem e segurança pública.
- d) tem a incumbência exclusiva para exercício das funções de polícia judiciária neste Estado.

### **QUESTÃO 20**

Sobre o funcionamento organizacional da Polícia Civil é **CORRETO** afirmar que constituem unidades de atividades finalísticas de funções estratégicas, **EXCETO**:

- a) À Superintendência-Geral de Polícia Civil.
- b) O Departamento de Trânsito.
- c) À Academia de Polícia Civil.
- d) À Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

## DIRETO CIVIL

### QUESTÃO 21

Considerando-se às obrigações de dar coisa certa, é **INCORRETO** afirmar que

- a) se a coisa se deteriorar, por culpa do devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, sem no entanto, tem direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização por perdas e danos.
- b) se a coisa se deteriorar, sem culpa do devedor, poderá o credor, a seu critério, resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- c) se a coisa se perder, por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.
- d) se a coisa perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente condição suspensiva, fica resolvida a obrigação, suportando o proprietário o prejuízo.

### QUESTÃO 22

As seguintes afirmativas concernentes às obrigações solidárias estão corretas, **EXCETO**:

- a) o credor que tiver remitido a dívida não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- b) o julgamento contrário a um dos credores solidário não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao corredor que o obteve.
- c) a obrigação solidária pode ser pura ou simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- d) a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

### QUESTÃO 23

As seguintes afirmativas concernentes às cláusulas especiais à compra e venda, previstas no Código Civil de 2002, estão corretas, **EXCETO**:

- a) reserva de domínio é a cláusula que garante ao vendedor a propriedade de coisa móvel já entregue ao comprador até o pagamento total do preço, a forma da cláusula será sempre escrita.
- b) a venda sujeita à prova entende-se realizada sob condição suspensiva, ainda que a coisa lhe tenha sido entregue; e não se reputará perfeita, enquanto o adquirente não manifestar seu agrado.

- c) a preempção ou preferência é a cláusula pela qual o comprador se compromete a oferecer a coisa ao vendedor, se algum dia se decidir a vendê-la. Podem as partes fixar prazo máximo de 180 dias para bens móveis e 2 anos para bens imóveis.
- d) a retrovenda é a cláusula pela qual o vendedor se reserva o direito de readquirir a coisa do comprador, no prazo máximo de 3 anos, restituindo-lhe o preço mais as despesas, sendo que esta cláusula só tem valor se o objeto do contrato for imóvel.

### QUESTÃO 24

A lei 12.424, de 16 de junho de 2011, inseriu no Código Civil, em seu artigo 1.240-A e seu parágrafo 1º, uma nova modalidade de usucapião em nosso ordenamento jurídico, o usucapião familiar. Sobre esta modalidade de usucapião, é **INCORRETO** afirmar que

- a) tem como o requisito o abandono do lar por um dos co-proprietários.
- b) a parte que propõe a ação de usucapião não pode ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural, sendo que o direito de usucapir nesta modalidade não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- c) tem como requisito o exercício de posse direta por 2 anos ininterruptos, sem oposição e com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> ou rural de até 50 hectares.
- d) permite que um dos ex-cônjuges ou até mesmo ex-companheiros, oponha contra o outro o direito de usucapir a parte que não lhe pertence, possibilitando neste caso o usucapião entre condôminos.

### QUESTÃO 25

Considerando-se as formas de aquisição da propriedade do imóvel, é **CORRETO** afirmar que

- a) a Confusão, a comissão e a adjunção são modos originários de aquisição da propriedade mobiliária e, assim como na especificação, não produzem espécies novas.
- b) o constituto possessório e a tradição "*brevi manu*" são formas de aquisição por tradição ficta, sendo que no constituto o proprietário de um bem aliena a coisa a outrem, mas continua como possuidor direto, enquanto que na tradição "*brevi manu*" ocorre justamente o contrário.
- c) a aquisição por usucapião de bens móveis poderá ocorrer nas modalidades ordinárias, com 3 anos de posse, e extraordinária, com 5 anos de posse, sendo que somente nesta última modalidade será permitido ao possuidor acrescentar à sua posse a dos seus antecessores.
- d) a aquisição da propriedade por invenção ou descoberta somente será efetivada depois de decorrido o prazo de 60 dias da divulgação da notícia pela imprensa e não se manifestando quem comprove a propriedade sobre a coisa.

### **QUESTÃO 26**

As seguintes afirmativas concernentes aos Direitos Reais de Garantia estão corretas, **EXCETO**:

- a) salvo cláusula expressa, o terceiro que prestar garantia real por dívida alheia não fica obrigado a substituí-la, ou reforçá-la, quando, sem culpa sua, se perca, deteriore, ou desvalorize.
- b) os contratos de penhor, anticrese ou hipoteca declaração sob pena de não terem eficácia o valor do crédito, sua estimulação, ou estimação, ou valor máximo; o prazo fixado para pagamento; a taxa de juros, se houver; e o bem dado em garantia com suas especificações.
- c) na constituição do penhor, anticrese ou hipoteca é expressamente vedada à imposição de cláusula comissória no bojo do contrato.
- d) podem ser apontadas como características de penhor, da anticrese e da hipoteca: o poder de sequela, o direito de preferência, a excussão e a divisibilidade da garantia.

### **QUESTÃO 27**

São características da obrigação alimentar:

- a) divisibilidade, imprescritibilidade e intransmissibilidade sucessória *sui generis* da prestação.
- b) alternatividade das prestações, variabilidade e transmissibilidade sucessória *sui generis* da prestação.
- c) alternatividade das prestações, irrenunciabilidade e repetibilidade.
- d) direito personalíssimo, invariabilidade e reciprocidade.

### **QUESTÃO 28**

Considerando-se os aspectos gerais do casamento, é **INCORRETO** afirmar que

- a) as causas suspensivas do casamento visam a resguardar interesse público e, portanto, podem ser opostos por qualquer pessoa capaz até o momento da celebração do casamento.
- b) o casamento religioso, celebrado sem as formalidade exigidas pela legislação vigente, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, submetendo-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil, contudo, na hipótese de uma das partes falecer, antes do casamento religioso se reconhecido, não se pode mais requer os efeitos civis.
- c) o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, sem que se tenha que alegar alguma causa ou mesmo sem mais prazo algum.
- d) o casamento tem como característica ser uma ato personalíssimo, solene, de união permanente, regido por normas de ordem pública e dissolúvel.

### **QUESTÃO 29**

As seguintes afirmativas concernentes ao Direito de Sucessão estão corretas, **EXCETO**:

- a) na sucessão testamentária, diferentemente da sucessão legítima, não existe a previsão para o direito de representação, todavia, poderá o testador consignar cláusula de substituição com o intuito de estabelecer os efeitos da representação.
- b) a cessão dos direitos hereditários pode ser total ou parcial, gratuita ou onerosa, cabendo sempre aos co-herdeiros o exercício do direito de preferência na cota hereditária do cedente.
- c) não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, contudo, quem renuncia à herança, não está impedido de aceitar o legado.
- d) aberta a sucessão, ou seja, com a morte, a posse e a propriedade dos bens do falecido são imediatamente transmitidas aos herdeiros legítimos e testamentários, com exceção do legatário que somente assume a posse com a partilha.

### **QUESTÃO 30**

Moisés, falecido em 2010, era casado com Yara, sob regime da comunhão parcial de bens. Durante o casamento, os cônjuges não adquiriram bens. O casal teve 2 filhos, Ênio e Laylla. Ênio teve 3 filhos (A, B e C) e faleceu em 2005. Laylla teve 2 filhos (D e E) e renunciou a herança de seu pai Moisés. O patrimônio deixado por Moisés foi totalmente adquirido antes do casamento. Assinale a alternativa que indica de forma **CORRETA** como deverá ser distribuída a herança deixada por Moisés:

- a) 1/6 para cada um dos netos do falecido de forma igualitária e 1/6 para Yara, por concorrência.
- b) 1/4 para Yara, por concorrência e o restante distribuído de forma igualitária entre os 5 netos do falecido.
- c) 1/5 para cada um dos netos do falecido de forma igualitária.
- d) 1/3 para cada um dos 3 filhos de Ênio de forma igualitária.

## DIREITO PENAL

### QUESTÃO 31

Em relação às Teorias do Delito, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) De acordo com a teoria objetiva-formal, há tentativa, quando o agente, de modo inequívoco, exterioriza sua conduta no sentido de praticar a infração penal.
- b) No dolo direto, o agente quer efetivamente produzir o resultado, ao praticar a conduta típica, e no dolo indireto, o agente não busca com sua conduta resultado certo e determinado, subdividindo-se em dolo alternativo e eventual.
- c) A culpa imprópria está presente na discriminante putativa, nela, o agente dá causa dolosa ao resultado, mas responde como se tivesse praticado crime culposo, em razão de erro evitável pelas circunstâncias.
- d) A antinormatividade, de acordo com Zaffaroni, consiste em se averiguar a proibição através da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada de forma isolada, e sim conglobada na ordem normativa.

### QUESTÃO 32

Com relação ao erro de tipo e ao erro de proibição, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O erro de proibição mandamental é aquele que recai sobre uma norma impositiva e, se inevitável, isenta o agente de pena.
- b) O erro, sobre a causa do resultado, afasta o dolo ou a culpa, tendo em vista que recai sobre elemento essencial do fato.
- c) De acordo com a teoria extremada da culpabilidade, todo e qualquer erro que recaia sobre uma causa de justificação é erro sobre a ilicitude do fato.
- d) O erro de tipo permissível inescusável é aquele que recai sobre situação de fato, excluindo a culpabilidade dolosa, mas permitindo a punição do agente a título de culpa.

### QUESTÃO 33

Com relação à **ilicitude** e à **culpabilidade**, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É possível a contraposição de legítimas defesas, agindo um agente em legítima defesa putativa e o outro em legítima defesa real.
- b) A prática de fato típico, em razão de obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico, exclui a ilicitude por estrito cumprimento do dever legal.

- c) De acordo com a teoria psicológico-normativa, a culpabilidade tem como pressuposto a imputabilidade, sendo composta pelo dolo ou culpa e exigibilidade de conduta diversa.
- d) Para a teoria psicológica, a culpabilidade consiste no vínculo psicológico entre o autor e o fato, podendo ser afastada em virtude de erro ou coação, que suprima o elemento intelectual e o elemento volitivo do dolo.

### QUESTÃO 34

Considerando o Código Penal e as Teorias do Delito é **INCORRETA** afirmar que:

- a) De acordo com a teoria finalista, a ação é o comportamento humano voluntário, dirigido à atividade final lícita ou ilícita.
- b) A previsibilidade objetiva é elemento integrante do tipo culposo, podendo a previsibilidade subjetiva ser analisada por ocasião da culpabilidade.
- c) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo é efeito genérico da condenação, não necessitando, dessa forma, ser determinada de forma explícita e fundamentada da sentença penal condenatória.
- d) Com relação ao tipo doloso, o Código Penal Brasileiro adotou as teorias da vontade e do assentimento e não a da atividade.

### QUESTÃO 35

Com relação às penas e sua aplicação, é **CORRETO** afirmar que

- a) apesar de não previsto expressamente pela Lei nº 9.605/98, a possibilidade de aplicação de pena à pessoa jurídica, condenada por crime ambiental, aplicam-se a elas, subsidiariamente, no que couber, o disposto no art. 44 do Código Penal.
- b) nos crimes que envolvam violência doméstica, a Lei nº 11.340/2006 veda a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos de prestação pecuniária ou o pagamento isolado de multa.
- c) para fins de detração penal, o tempo de prisão provisória não se computa no do tratamento ambulatorial, por possuir a medida de segurança prazo indeterminável e natureza jurídica diversa da pena.
- d) conforme a regra geral do Código Penal, o regime inicialmente fechado é cabível sempre que for o réu reincidente em crime doloso.

**QUESTÃO 36**

Considerando-se a relação de causalidade, é **INCORRETO** afirmar que

- a) pratica crime comissivo por omissão, o delegado de polícia que, de forma indulgente, deixa de lavrar auto de prisão em flagrante no qual o conduzido é seu vizinho.
- b) o agente que efetua disparo de arma de fogo contra outrem, atingindo-o e, arrependido, leva a vítima para o hospital, vindo esta a falecer, em razão de infecção hospitalar, responde pelo crime de homicídio consumado.
- c) a superveniência de causa relativamente independente exclui o crime quando, por si só, produzir o resultado, podendo, entretanto, os fatos anteriores serem imputados a quem os praticou.
- d) o Código Penal adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

**QUESTÃO 37**

Em relação à aplicação da Lei Penal é **CORRETO** afirmar que:

- a) Com a *abolitio criminis* procedida pela Lei nº 11.106/2005, para o crime de rapto, cessaram todos os efeitos penais advindo de eventuais condenações, permanecendo, contudo, os efeitos civis.
- b) Pelo princípio da especialidade, o agente que efetua diversos disparos de arma de fogo para o alto, vindo a causar a morte de dois transeuntes, responde pelos crimes de homicídio consumado, em concurso formal impróprio, já que a norma especial afasta a aplicação da norma geral.
- c) De acordo com o art. 10 do Código Penal, na contagem de prazos penais, não se computará o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
- d) Para aplicação da lei penal no tempo e no espaço, o Código Penal Brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do resultado e da ubiuidade.

**QUESTÃO 38**

Com relação à legislação especial, é **INCORRETO** afirmar que

- a) para o crime de tráfico ilícito de entorpecentes, a associação eventual constitui causa de aumento de pena, sendo a associação para o tráfico, prevista no art. 35 da Lei nº 11.343/2006, delito autônomo que demanda comprovação da estabilidade e permanência da *societas sceleris*.
- b) a Lei de Tortura prevê exceção, ao princípio da territorialidade, determinando a aplicação da lei brasileira a crimes ocorridos fora do território brasileiro, sempre que a vítima for brasileira.

- c) motorista de táxi que se distrai conversando com passageiro e atropela pedestre, causando-lhe lesões corporais e é induzido pelo acompanhante a deixar de prestar socorro à vítima, responde pelo crime de lesão corporal culposa, funcionando a omissão de socorro e a circunstância de estar no exercício da profissão como causas especiais de aumento de pena, conforme a Lei nº 9.503/97, respondendo o passageiro pelo crime de omissão de socorro, previsto no art. 135 do Código Penal.
- d) nos crimes contra a ordem tributária, o pagamento do tributo, antes do recebimento da denúncia, caracteriza causa extintiva de punibilidade.

**QUESTÃO 39**

Com relação aos crimes patrimoniais, é **INCORRETO** afirmar que

- a) agente que, após furtar, em concurso de pessoas, preciosa jóia em shopping Center, adquire a quota parte, dos demais meliantes, não responde por crime de receptação, tratando-se de *post factum* impunível.
- b) o agente que invade estabelecimento comercial anunciando assalto e acaba por matar o proprietário e um cliente, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e a carteira do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.
- c) o agente que rouba o veículo da vítima e, sem motivação alguma, a coloca no porta malas, abandonando-a em estrada de município vizinho, responde pelos crimes de roubo e sequestro, em concurso material.
- d) segundo entendimento consolidado pelo STF, o crime de estelionato, quando na modalidade de fraude no pagamento, por meio de cheque, consuma-se no momento e local em que o banco sacado recusa o seu pagamento.

**QUESTÃO 40**

Com relação aos crimes abaixo destacados, é **CORRETO** afirmar que:

- a) caracteriza-se o crime de injúria, ainda que as imputações ofensivas à honra subjetiva da vítima sejam verdadeiras, cabendo exceção da verdade somente se o ofendido for funcionário público e a ofensa relativa ao exercício de suas funções.
- b) para a configuração do crime de maus tratos, é necessário submeter a vítima a intenso sofrimento físico ou psíquico, expondo-a a perigo de vida ou de saúde.
- c) o homicídio praticado com dolo eventual afasta a incidência das circunstâncias qualificadoras, uma vez que o agente não quer diretamente o resultado, apenas assume o risco de produzi-lo.
- d) é possível a participação de particular no delito de corrupção passiva, já que as circunstâncias de caráter pessoal elementares ao crime se comunicam.



## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### QUESTÃO 41

Sobre o tribunal do júri é **INCORRETO** afirmar:

- a) Os jurados poderão formular perguntas às testemunhas por intermédio do juiz-presidente.
- b) O serviço de jurado é obrigatório e somente compreenderá maiores de 18 anos.
- c) Se o interesse da ordem pública reclamar o juiz poderá, logo após o interrogatório do acusado, determinar o desaforamento do julgamento.
- d) Nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes serão alistados de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) jurados.

### QUESTÃO 42

**NÃO** haverá o quebramento da fiança quando:

- a) Deixar de comparecer, por justo motivo, quando regularmente intimado para ato processual.
- b) Resistir injustificadamente a ordem judicial.
- c) Descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- d) Deliberadamente o afiançado praticar ato de obstrução ao andamento do inquérito/processo.

### QUESTÃO 43

Sobre a prisão preventiva é **CORRETO** afirmar:

- a) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa poderá ser decretada e mantida mesmo após superada a dúvida.
- b) nos casos de violência doméstica poderá ser decretada independentemente da imposição anterior de medida protetiva.
- c) poderá ser decretada em crime doloso, quando se tratar de reincidente, independente da pena cominada ao delito.
- d) poderá ser decretada de ofício pelo juiz na fase do inquérito policial.

### QUESTÃO 44

Sobre a prova pericial é **INCORRETO** afirmar:

- a) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.
- b) A autópsia será realizada, em regra, 6 (seis) horas após o óbito.
- c) O exame de corpo de delito poderá ser realizado qualquer dia e horário, inclusive aos domingos.
- d) O exame de corpo de delito deverá ser assinado por 2 (dois) peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.

### QUESTÃO 45

Sobre recursos no processo penal é **INCORRETO** afirmar:

- a) O prazo dos embargos de declaração no juizado especial é de 5 (cinco) dias.
- b) No juizado especial a parte recorrente pode protestar por apresentar as razões de apelação perante a turma recursal.
- c) A apelação no juizado especial tem prazo de 10 dias.
- d) O recurso de agravo, previsto no art. 197 da LEP, tem efeito regressivo.

### QUESTÃO 46

Sobre o inquérito policial é **INCORRETO** afirmar:

- a) O investigado pode requerer diligências.
- b) Vícios do inquérito não nulificam subsequente ação penal.
- c) Todas as provas produzidas devem ser repetidas sob contraditório.
- d) Tem valor probante relativo.

### QUESTÃO 47

Sobre a prova no processo penal brasileiro é **INCORRETO** afirmar:

- a) O juiz pode determinar a realização de prova mesmo antes de iniciada a ação penal.
- b) A narcoanálise constitui método para obtenção de informações úteis à moderna investigação policial.
- c) A confissão deve ser cotejada com outros elementos de convicção.
- d) A prova sobre o “estado das pessoas” deve observar restrições estabelecidas na lei civil.

### QUESTÃO 48

**NÃO** é condição geral ou especial da ação penal:

- a) A requisição do Ministro da Justiça.
- b) A entrada do agente no território nacional em caso de extraterritorialidade da lei penal.
- c) A legitimidade das partes.
- d) O pedido.

**QUESTÃO 49**

**NÃO** poderá ser cumulada com outra medida cautelar

- a) a prisão domiciliar.
- b) a fiança.
- c) a proibição de ausentar-se do País, inclusive mediante entrega do passaporte.
- d) a monitoração eletrônica.

**QUESTÃO 50**

Para determinação da competência, no âmbito do juizado especial criminal, adota-se:

- a) a teoria da informalidade.
- b) a teoria da atividade.
- c) a teoria da ubiquidade.
- d) a teoria do resultado.

**MEDICINA LEGAL**

**QUESTÃO 51**

A capacidade de diagnosticar e mensurar a dor, alegada em um exame pericial, constitui um desafio da medicina legal, por se tratar de um dado subjetivo.

O sinal de dor, avaliado pela contagem prévia do pulso radial, compressão do ponto doloroso alegado e nova contagem do pulso, é denominado pelo epônimo de sinal de

- a) Mankof.
- b) Imbert.
- c) Levi.
- d) Mulher.

**QUESTÃO 52**

Constituem fatores, que interferem na evolução da putrefação cadavérica, **EXCETO**:

- a) Umidade do ar.
- b) Idade do morto.
- c) Espasmo cadavérico.
- d) Temperatura ambiente.

**QUESTÃO 53**

Representa uma docimásia extrapulmonar:

- a) Visual de Bouchut.
- b) Táctil de Nero Rojas.
- c) Hidrostática de Galeno.
- d) Siáfica de Souza-Dinitz.

**QUESTÃO 54**

Considerando as lesões corporais dolosas graves relativas à eventualidade “perigo de vida”, pode-se afirmar que

- a) todas as opções listadas abaixo contemplam o conceito perigo de vida.
- b) constitui situação concreta de morte iminente.
- c) constitui provável complicação letal vindoura.
- d) constitui prognóstico de morte futura.

**QUESTÃO 55**

Denomina-se o processo especial de transformação, que ocorre no cadáver do feto retido no útero materno, do sexto ao nono mês de gravidez:

- a) Saponificação.
- b) Mumificação.
- c) Corificação.
- d) Maceração.

**QUESTÃO 56**

No esqueleto, a estimativa do sexo, faz-se pelas características morfológicas observadas, após a puberdade. Os achados mais evidentes do dimorfismo sexual são observados no(a)

- a) pelve.
- b) fêmur.
- c) úmero.
- d) clavícula.

**QUESTÃO 57**

Uma luxação do ombro, caracteriza a ação de um instrumento

- a) cortocontundente.
- b) contundente.
- c) perfurante.
- d) cortante.

### **QUESTÃO 58**

Constitui um exemplo de asfixia mecânica pura de interesse médico-legal:

- a) Esganadura antebraquial.
- b) Enforcamento completo.
- c) Estrangulamento típico.
- d) Sufocação direta.

### **QUESTÃO 59**

A classificação das queimaduras, que considera a profundidade das lesões, é definida em graus, do primeiro ao quarto. Uma queimadura que apresenta vesículas ou flictenas, contendo líquido seroso, remete-se:

- a) quarto grau.
- b) terceiro grau.
- c) segundo grau.
- d) primeiro grau.

### **QUESTÃO 60**

Retalhos de hímen roto pelo parto vaginal, os quais se retraem constituindo verdadeiros tubérculos em sua implantação, correspondem a

- a) chanfraduras vulvo-himenais.
- b) carúnculas mirtiformes.
- c) hímens cribriformes.
- d) entalhes himenais.

## DIREITOS HUMANOS

### **QUESTÃO 61**

A Constituição da República de 1988 alargou significativamente o campo dos direitos e garantias fundamentais, por isso é um marco jurídico da transição ao regime democrático no Brasil. Nesse processo de transição, é acentuada, na Constituição, a preocupação em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como imperativo de justiça social. **NÃO** corrobora com o contexto acima, este entendimento o argumento:

- a) O valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador do todo o ordenamento jurídico como critério e parâmetro que orienta a compreensão do sistema constitucional.

- b) A Constituição traz a previsão expressa do valor da dignidade da pessoa humana como imperativo da justiça social, mas que deve ceder frente à necessidade de se preservar a ordem democrática.
- c) Os direitos fundamentais, que têm como núcleo a dignidade da pessoa humana, são elementos básicos para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora.
- d) Os objetivos fundamentais do Estado brasileiro visam à concretização da democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.

### **QUESTÃO 62**

Os fundamentos do Estado Democrático de Direito, conforme expressos na Constituição são:

- a) Meio ambiente e cultura, como bens de uso comum do povo.
- b) Federalismo e República, como formas de organização política.
- c) A cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- d) Os direitos políticos: votar e ser votado.

### **QUESTÃO 63**

Os direitos e garantias, enumerados na Constituição, não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. A Constituição atribuiu aos direitos internacionais uma natureza especial e diferenciada, qual seja, a natureza de norma constitucional.
- II. Os direitos enunciados nos tratados de direitos humanos, de que o Brasil é parte, integram o elenco dos direitos constitucionalmente consagrados.
- III. A interpretação sistemática do texto constitucional exige que a dignidade da pessoa seja o parâmetro orientador para a compreensão do fenômeno constitucional.

Marque a opção **CORRETA**:

- a) apenas as assertivas II e III estão corretas.
- b) as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) as assertivas I, II e III estão incorretas.
- d) apenas as assertivas I e II estão corretas.

**QUESTÃO 64**

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, inclusive a proteção internacional dos direitos humanos. Associe abaixo cada órgão enumerado da ONU à sua competência:

**ÓRGÃO**

- I. Assembléia Geral.
- II. Corte Internacional de Justiça.
- III. Conselho Econômico e Social.
- IV. Conselho de Tutela.

**COMPETÊNCIA**

- (a) Fomentar o processo de descolonização e autodeterminação dos povos, a fim de que pudessem alcançar, por meio de desenvolvimento progressivo, governo próprio.
- (b) Promover a cooperação em questões econômicas, sociais e culturais e fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos.
- (c) Discutir e fazer recomendações relativas a qualquer matéria objeto da Carta das Nações Unidas.
- (d) Decidir acerca das questões contenciosas e consultivas, todavia somente nas questões em que os Estados são partes perante ela.

Marque a **CORRETA** relação:

- a) I (d); II (c); III (b); IV (a).
- b) I (c); II (d); III (a); IV (b).
- c) I (a); II (d); III (b); IV (c).
- d) I (c); II (d); III (b); IV (a).

**QUESTÃO 65**

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos pode apresentar diferentes âmbitos de aplicação, daí poder se falar de sistemas global e regional. O instrumento de maior importância no sistema interamericano é a Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de San José da Costa Rica que

- a) em face dos direitos constantes no texto, cada Estado-parte deve respeitar e assegurar o livre e pleno exercício desses direitos e liberdades, sem qualquer discriminação.
- b) exige dos governantes dos Estados signatários estritamente obrigações de natureza negativas, como por exemplo o dever de não torturar um indivíduo.
- c) substancialmente reconhece e assegura um catálogo de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, garantindo-lhes a plena realização.
- d) foi assinada em San José, Costa Rica, em 1969, tendo como Estados-membros todos os países das Américas do Norte, Central e do Sul, que queiram participar.

**QUESTÃO 66**

A verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, por isso o moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Dentre as proposições abaixo, assinale a que **NÃO** corrobora com o enunciado acima:

- a) A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana, como valor fonte do direito. Essa ruptura fez emergir a necessidade da reconstrução dos direitos humanos como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.
- b) No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vigora lógica de destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.
- c) A internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente da história, surgido a partir do pós-guerra, como proposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar sua reconstrução.
- d) O desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e, após, à crença de que somente uma guerra poderia por fim a essas violações no âmbito internacional para garantir internamente em cada Estado nacional a dignidade da pessoa humana.

**QUESTÃO 67**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser caracterizada, primeiramente por sua amplitude, compreendendo um conjunto de direitos e faculdades, sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual. Em segundo lugar, pela universalidade, aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, seja qual for o regime político dos territórios nos quais incide. Assinale abaixo a assertiva que é **CONTRÁRIA** ao enunciado acima:

- a) Teve imediatamente, após a sua adoção, grande repercussão moral ao despertar nos povos a consciência de que o conjunto da comunidade humana se interessava pelo seu destino.
- b) Introduz a indivisibilidade dos direitos humanos, ao conjugar o catálogo dos direitos civis e políticos, com o dos direitos econômicos, sociais e culturais.
- c) Objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana, para orientar o desenvolvimento de uma raça humana superior.
- d) Como uma plataforma comum de ação, a Declaração foi adotada em 10 de dezembro de 1948, pela aprovação de 48 Estados, com 8 abstenções.

### **QUESTÃO 68**

A concepção universal dos direitos humanos, demarcada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, sofreu e sofre fortes resistências dos adeptos do movimento do relativismo cultural. Retoma-se dessa forma o velho dilema sobre o alcance das normas de direitos humanos. Associe abaixo as características intrínsecas a essas concepções:

- (I) Concepção universalista.  
(II) Concepção relativista.

- ( ) Flexibiliza as noções de soberania nacional e jurisdição doméstica, ao consagrar um parâmetro internacional mínimo, relativo à proteção dos direitos humanos aos quais os Estados devem se conformar.
- ( ) A noção de direito está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade.
- ( ) Cada cultura tem seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade.
- ( ) O pluralismo cultural impede a formação de uma moral universal, tornando-se necessário que se respeitem as diferenças culturais apresentadas em cada sociedade.

Marque a opção **CORRETA**, na ordem de cima para baixo.

- a) (I) (II) (I) (II).  
b) (I) (II) (II) (II).  
c) (II) (I) (I) (I).  
d) (I) (II) (II) (I).

### **QUESTÃO 69**

A Constituição brasileira de 1988 simboliza o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. O texto de 1988 empresta aos direitos e garantias ênfase extraordinária, destacando-se como documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria na história do País.

Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. Ao romper com a sistemática das Constituições anteriores, a Constituição de 1988, ineditamente, consagra o primado do respeito aos direitos humanos, abrindo a ordem jurídica interna ao sistema de proteção internacional desses direitos.
- II. As relevantes transformações internas, decorrentes do processo de democratização, permitiram que os direitos humanos se convertessem em tema fundamental na agenda internacional do País, a partir de então.

- III. No plano das relações internacionais, tem-se de observar que não houve inovações na Constituição de 1988, pois a mesma reproduz ainda, no texto, a antiga preocupação vivida no Império com a dependência nacional e a não intervenção.

Marque a opção **CORRETA**:

- a) as assertivas I, II e III estão corretas.  
b) apenas as assertivas II e III estão corretas.  
c) Somente a assertiva III está incorreta.  
d) apenas as assertivas I e III estão corretas.

### **QUESTÃO 70**

O sistema internacional de proteção dos direitos humanos apresenta, no âmbito de aplicação, um sistema global e um sistema regional. Segundo entende a doutrina, esses dois sistemas não são incompatíveis, são ambos úteis e complementares. Todas as assertivas abaixo corroboram com esse entendimento, **EXCETO**:

- a) O sistema europeu tem como principal instrumento o Tratado da União Europeia.
- b) Há atualmente três sistemas regionais principais: o europeu, o interamericano e o africano.
- c) O sistema interamericano tem como principal instrumento a Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1969.
- d) Cada um dos sistemas de proteção apresenta um aparato jurídico próprio.